

Estudo revela como reestruturação produtiva afetou engenheiros no país

Tese mostra que, entre 1990 e 1993, recessão deixou muitos profissionais desempregados

JEVERSON BARBIERI
jeverson@unicamp.br

As transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil após a década de 1990, resultado da adoção por parte do governo de medidas neoliberais e da reestruturação produtiva, afetaram diretamente a classe média. Nesse contexto, o cientista político Andriei Gutierrez realizou uma pesquisa com o grupo profissional dos engenheiros, analisando como as diferentes frações desse segmento foram afetadas e, ainda, como organismos de representação da classe agiram nessa conjuntura política. De acordo com o pesquisador, esse período registrou a supressão de praticamente 30% dos postos formais de trabalho dos engenheiros. Houve, entre 1990 e 1993, uma recessão muito forte e os profissionais desempregados migraram para outros setores da economia, como o bancário, por exemplo. “Minha tese mostra que, seja com a recessão, seja com a privatização das empresas estatais, ocorre o que eu chamo de privatização das oportunidades em engenharia”, afirmou Gutierrez. O trabalho resultou na primeira tese na área de ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) em cotutela com a Université de Provence (França), sob a orientação dos professores Armando Boito Jr. e Paul Bouffartigue, respectivamente.

Gutierrez ressaltou que até os anos 1990, os engenheiros trabalhavam principalmente no setor público. O quadro de recessão, a desestatização das empresas e a redução dos investimentos públicos por parte do Estado teve como consequência a redução dos empregos para esses profissionais, tanto no setor público quanto no privado. A partir de 2000, há uma recuperação dos postos de trabalho, porém, majoritariamente no setor privado. Ademais, para aqueles que se tornaram pequenos empresários, as oportunidades ligadas ao setor também se apresentaram de maneira mais contudente.

A principal tese levantada pelo cientista é a de que a reestruturação do capitalismo brasileiro ocorrida nos anos 1990 foi causada pela introdução de políticas neoliberais como abertura comercial, abertura financeira, desregulamentação do mercado de trabalho, reforma da previdência social e uma orientação do Estado para focalizar e reduzir os gastos sociais. Esse conjunto de medidas vem acompanhado, por outro lado, de uma mudança na economia – a chamada reestruturação produtiva. As empresas, cada vez mais, introduziram instrumentos de gestão de recursos humanos e de logística, reconfigurando o espaço produtivo e o mercado de trabalho.

Outra questão abordada por Gutierrez é que há, no período citado, um



O cientista político Andriei Gutierrez, autor da tese: mostrando como ocorreu a “privatização das oportunidades em engenharia”

aumento da dependência financeira, patrimonial e tecnológica em relação ao exterior. E o principal impacto disso, na opinião do pesquisador, é que, se em épocas anteriores as empresas brasileiras de engenharia atuavam principalmente na área de produtos e projetos, a partir de 1990 tiveram suas atividades concentradas em engenharia de processos. Ou seja, começam a adaptar produtos desenvolvidos por grandes grupos multinacionais. “Isso eu chamo de aumento da dependência tecnológica”, disse.

Com relação às dependências patrimonial e financeira, elas ocorreram durante o processo de privatizações e de abertura comercial, principalmente com a entrada de capital estrangeiro no país. Muitas empresas contraíram financiamentos que eram securitizados – uma espécie de bônus de troca, como um título – aumentando sua dependência em troca do crédito. Para Gutierrez, quando uma empresa disponibiliza suas ações na bolsa de valores, de alguma forma está comprometendo o patrimônio.

A pesquisa mostrou que nos anos 1990 mais de mil aquisições e fusões foram concretizadas, principalmente a compra de empresas brasileiras por corporações estrangeiras. Esse fato foi observado nos processos de privatizações e, também, nas empresas que não aguentaram a concorrência da abertura comercial, justamente pela falta de competitividade. “Esse conjunto de fatores é responsável pelo aumento da dependência financeira, patrimonial e tecnológica em relação ao exterior e isso tem impacto na categoria profes-

sional dos engenheiros e na atividade de engenharia no Brasil de um modo geral”, explicou o cientista político.

Sobre as organizações de classe, a pesquisa analisou o período histórico dos anos 1990 em contraposição ao período anterior que tem início na metade da década de 1970, na qual se percebe claramente a ascensão de movimentos operários, populares e sindicais, culminando com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) em meados da década de 1990. Essas organizações populares têm um impacto muito forte sobre o movimento assalariado dos engenheiros, fato bastante conhecido na literatura que estuda essa classe profissional no Brasil. A pesquisa mostra que, já nos anos 1990, houve um predomínio de mais bandeiras corporativas nas ações dos sindicatos, como, por exemplo, condição de trabalho, registro como engenheiro e liberação de um dia de trabalho para reciclagem técnica. Mas, ao mesmo tempo, acabaram por se distanciar das lutas mais gerais dos trabalhadores.

Com relação às organizações empresariais, foi possível notar mais detalhadamente que as eleições presidenciais de 1989 consolidaram um período de forte polarização política e vários representantes, entre eles o Instituto de Engenharia (IE) – organização com forte presença do empresário –, apoiaram toda a plataforma política neoliberal iniciada durante o governo Collor de Mello e prosseguiu no governo de Fernando Henrique Cardoso. Muitas dessas organizações, de acordo com Gutierrez, tiveram

participação ativa nas reformas neoliberais. O IE foi pioneiro no lançamento de um programa de melhoria da qualidade da produtividade e foi convidado pelo então presidente Collor a participar da elaboração do plano de reestruturação econômica do país.

Demanda

Atualmente, há um debate muito intenso na imprensa sobre a ausência desses profissionais no mercado de trabalho nacional. Em sua tese, Gutierrez compara o engenheiro brasileiro e o francês. Lá, o profissional é formado basicamente pelo Estado – universidades públicas – e trabalha para o Estado.

O Brasil copiou esse modelo, no entanto, hoje ele tem algumas particularidades. Desde a criação das primeiras faculdades de engenharia, a formação de engenheiro no país se concentrava massivamente nas universidades públicas. Os empregos assalariados de engenheiros também se concentravam nas empresas e administração pública. Contudo, a partir dos anos 1990 começa a existir uma oferta maior de vagas de universidades e cursos no setor privado, conduzindo a uma inversão de trajetória, não só de vagas, mas também de empregos assalariados.

Gutierrez acredita que sua tese contribui na discussão sobre a falta de engenheiros e o que realmente aconteceu com eles. Houve um processo de desindustrialização, de recessão e as atividades produtivas no Brasil passam por uma situação adversa. Os engenheiros vão buscar emprego e melhores condições em setores de

serviço e, também, no setor bancário, principalmente porque tradicionalmente o engenheiro brasileiro tem uma formação muito sólida em matemática e estatística

E como fazer para um engenheiro voltar à área de produção depois de muito tempo fora do mercado e com salários mais atrativos no mercado financeiro? Para Gutierrez, o que vai acontecer é o que muitos analistas apontam. Haverá um aumento salarial por conta dessa ausência de profissionais e, assim, alguns talvez possam repensar e voltar ao mercado. Ao mesmo tempo, existe um fluxo migratório de engenheiros estrangeiros que desembarcam no Brasil. Os investimentos feitos por empresas como Petrobras e Vale demandam profissionais altamente qualificados e será muito difícil suprir a demanda que o mercado necessita.

Metodologia

A pesquisa de Gutierrez envolveu dados quantitativos e qualitativos. Baseado em enquetes que foram realizadas com engenheiros franceses, ele produziu um questionário com mais de 100 perguntas on-line. Com a ajuda de várias organizações e conselhos federais, obteve 403 respostas de engenheiros de todo o Brasil. Ainda, ao mesmo tempo, fez uma pesquisa qualitativa analisando os engenheiros no contexto de trabalho. Foram utilizadas duas empresas, o CPQD e a Petrobras, perfazendo quatro dias de visitas e cerca de 20 entrevistas. “Essa foi a metodologia para estudar os engenheiros”, afirmou.

Paralelamente, também estudou as organizações de engenheiros. Foi uma pesquisa documental, por meio da qual estudou a imprensa basicamente, entre o final dos anos 1980 até o começo de 2004, envolvendo a Federação Nacional de Engenharia e a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e o Instituto de Engenharia. Realizou ainda seis entrevistas com lideranças e dirigentes políticos ligados a essas organizações. A maior dificuldade foi trabalhar duas disciplinas diferentes, promovendo um diálogo entre Ciência Política e Sociologia do Trabalho e Profissão.

Cotutela

Trata-se de uma convenção internacional possível, que abre precedentes para parcerias. Gutierrez explicou que seu doutorado no IFCH era do tipo “sanduíche”, o que acabou permitindo que o pesquisador fosse até a França para realização de um intercâmbio. Chegando lá, foi convidado a fazer o doutorado, só que na área de Sociologia. Aceitou o desafio e, quando retornou a Campinas, começou sua “batalha” nas esferas administrativas da Unicamp para que sua tese pudesse ser contemplada no regime de cotutela.

Após um ano de comissões e aprovações, o regime foi aprovado e Gutierrez pode comemorar. “Não foi fácil, mas concluí uma extensa pesquisa e fui premiado com dois títulos de doutor, um em Ciência Política e outro em Sociologia”, concluiu.

Publicação

Tese: “Engenheiro, política e sociedade no contexto da reestruturação capitalista brasileira”
Autor: Andriei Gutierrez
Orientador: Armando Boito Jr.
Unidade: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)
Financiamento: Capes



UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor Fernando Ferreira Costa
Coordenador-Geral Edgar Salvadori De Decca
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva
Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Mohamed Elz El Din Mostafa Habib
Pró-reitor de Pesquisa Ronaldo Aloise Pili
Pró-reitor de Pós-Graduação Euclides de Mesquita Neto
Pró-reitor de Graduação Marcelo Knobel
Chefe de Gabinete José Ranali

Jornal da Unicamp

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. **Correspondência e sugestões** Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (019) 3521-5108, 3521-5109, 3521-5111. Site <http://www.unicamp.br/jju>. E-mail leitortju@reitoria.unicamp.br. Twitter <http://twitter.com/jornaldauicamp> **Coordenador de imprensa** Eustáquio Gomes **Assessor Chefe** Clayton Levy **Editor** Álvaro Kassab (kassab@reitoria.unicamp.br) **Chefia de reportagem** Raquel do Carmo Santos (kel@unicamp.br) **Reportagem** Isabel Gardenal, Jeverson Barbieri e Maria Alice da Cruz **Editor de fotografia** Antoninho Perri **Fotos** Antoninho Perri e Antonio Scarpinetti **Editor de Arte** Oséas de Magalhães **Vida Acadêmica** Hélio Costa Júnior **Atendimento à imprensa** Ronei Thezolin e Sílvia Anunciação **Serviços técnicos** Dulcinéia Bordignon, Everaldo Silva e Luís Paulo Silva **Impressão** Pigma Gráfica e Editora Ltda: (011) 4223-5911 **Publicidade** JCPR Publicidade e Propaganda: (019) 3327-0894. Assine o jornal on line: www.unicamp.br/assineju